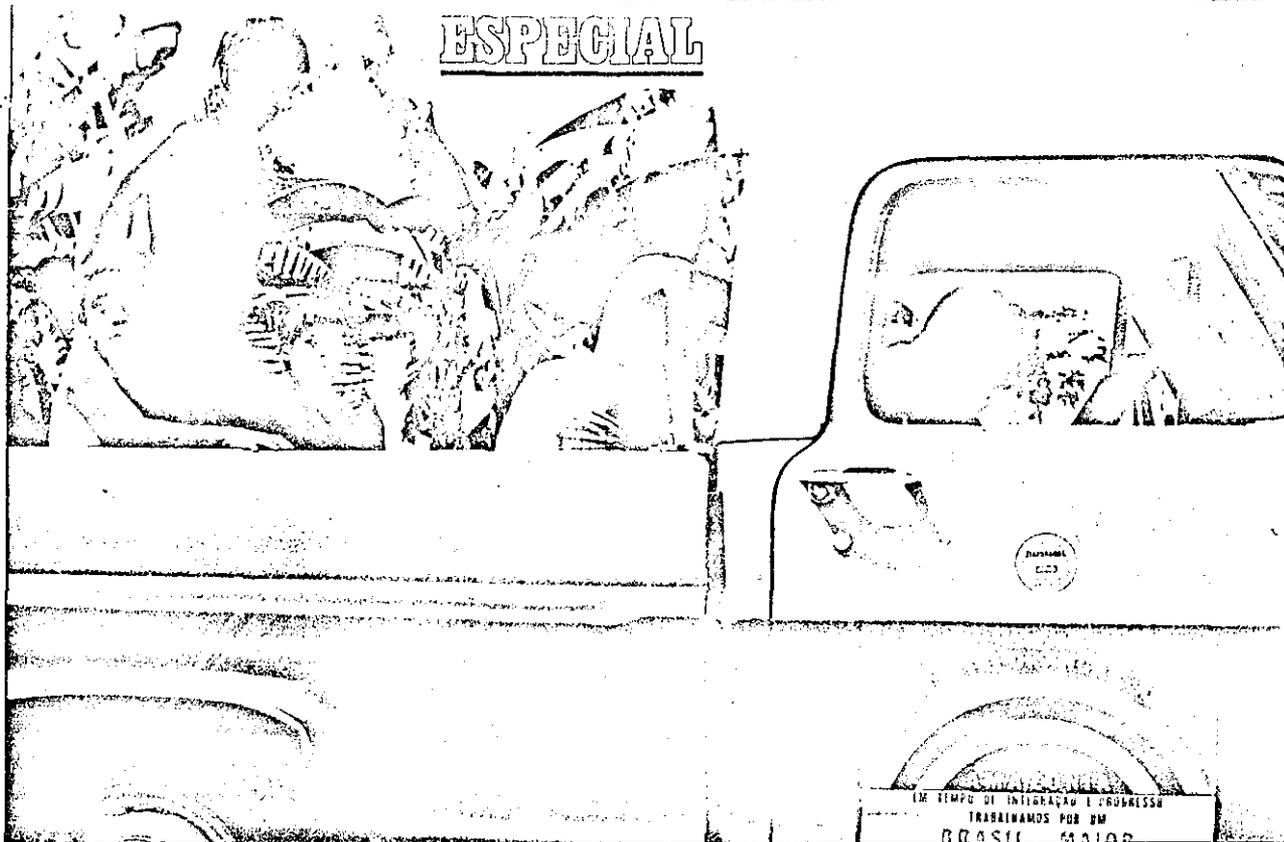


ESPECIAL



Viagem ao remoto país dos territórios

Em Rondônia começaram os tempos da invasão e da luta pela terra. Roraima continua mais próxima da Venezuela do que do Brasil. No Amapá, os planos grandiosos enfrentam o vazio humano e a solidão geográfica. São mais de 600 mil km² de área e 300 mil habitantes à espera de uma nova condição: chegar a Estado. Durante um mês, Antônio Alberto Prado, enviado especial de VISÃO, percorreu os territórios brasileiros. Seu relato:

A família Melhorança — quatro irmãos, 36 filhos, sobrinhos e primos — chegou a Pimenta Bueno, no coração de Rondônia, em 1966, quando a rodovia que ligava o território ao resto do país só dava passagem na época da seca. Mas os Melhorança

não gostaram da terra e foram mata adentro. Assim nasceu Espigão d'Oeste, uma inverossímil vila de casas de madeira a que se chega depois de quase duas horas por um esburacado caminho, ao longo do qual se percebe o rastro da conquista, no cheiro forte da seringueira destruída pela queimada.

Com base no Espigão d'Oeste, os Melhorança, com sua empresa, a Imobiliária Itaporanga, começaram a instalar os colonos, trazidos principalmente de Mato Grosso e do interior de São Paulo. Segundo o escritório do INCRA em Porto Velho, os Melhorança já venderam mais de 1 milhão de hectares de terras públicas federais, em área interdita pela Funai, no fim do Governo Médici, devido à presença indígena. No Es-

pigão, cerca de trezentos índios suruis circulam em promiscuidade com os brancos, inteiramente perplexos com as modernidades trazidas pelos novos bandeirantes.

Atualmente, o Espigão divide com o Posto 7 de Setembro, da Funai, a 54 km, o interesse dos índios. O sertanista Apoena Meirelles, responsável pelo posto, não consegue levar de volta os maravilhados suruis do Espigão. Seu comportamento também está mudando: os índios substituíram a tradicional lasca de bambu para cobrir o sexo por um bem ajustado calção vermelho, de malha, que foi pudicamente recomendado por Nilo Tranquilo Melhorança, patriarca local do clã.

Pela Funai, dificilmente o inefável Tranquilo Melhorança conseguirá

transformar os suruis numa moderna e moralizada tribo de calções vermelhos. Indignado com a desestruturação da tribo, Apoena Meirelles se tem empenhado pessoalmente num trabalho de reorganização. Enfrenta, porém, obstáculos difíceis, porque os suruis do Espigão não querem afastar-se do deslumbramento das coisas fáceis, proporcionadas pelos novos sacerdotes do progresso.

Mas o que levaria os Melhorrança à meritória tarefa de, queimando etapas, conquistar os índios para a sua civilização? "Considero a pessoa humana, seja de que tipo for, digna de todo o respeito. Somos espíritas", explica o grande pai Tranquilo Melhorrança, enquanto afaga a cabeça de Morcego, um índio de quinze anos que acaba de chegar de um ensaio para a parada do dia 7 de setembro e, compungidamente, encosta a cabeça em seu peito.

Os primeiros frutos do trabalho dos Melhorrança já começam a ser sentidos: além dos calções vermelhos, todos os índios já conseguem pronunciar, com segurança, pelo menos uma palavra na incrível língua dos novos senhores — "dinheiro" —, enquanto estendem a mão ao recém-chegado.

A vocação de salvadores de almas dos Melhorrança não é, entretanto, para os sertanistas da Funai que trabalham em Riozinho, à margem da rodovia Cuiabá—Porto Velho, o real motivo desse desvelo: "Os Melhorrança estão tentando atrair para o Espigão os índios da região interdita pela Funai. Quando conseguirem, tratarão de obter a liberação da área, já invadida por seus colonos. Alcançado esse objetivo, abandonarão os índios".

As jazidas em jogo

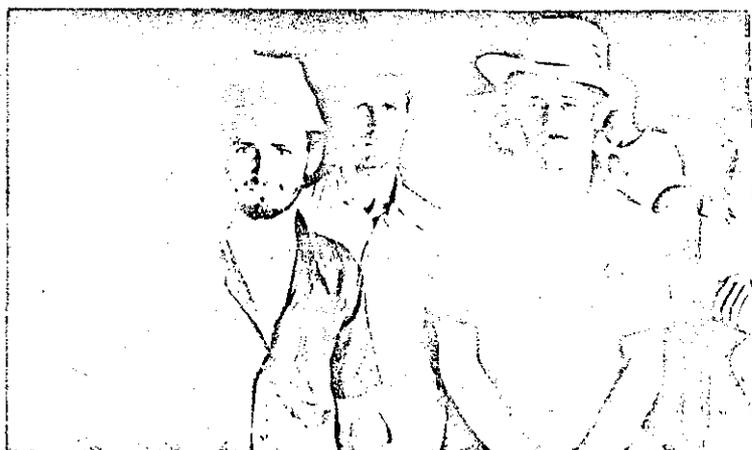
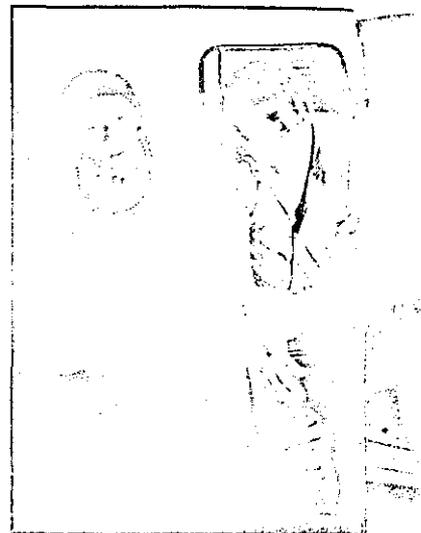
Os Melhorrança, por sua vez, acham que o interesse da Funai encobriria uma alegada manobra de empresas estrangeiras, que pretenderiam explorar o minério existente no Parque Indígena do Aripuanã e na área contígua interdita, onde estão instalados os seus colonos.

Atualmente, cinco grupos dividem entre si as jazidas do que é conhecido como a Província Estanífera de Rondônia, parte de uma extensa faixa de ocorrências que começa no Pará e termina em território boliviano. A grande transformação das minas de Rondônia começou em março de 1971, quando as lavras foram mecanizadas e o Governo fechou os garimpos e removeu os garimpeiros da região, encerrando assim a corrida da cassiterita no território.

No lugar dos garimpeiros vieram imensas e sofisticadas máquinas trazidas pelas novas empresas: Parana-

panema (que controla a Mineração Aripuanã), Ibrasa, Jacundá (controlada pelo Grupo Brascan), Itaú (associada ao grupo americano National Lead) e Mineração Almada, pertencente a um grupo de Manaus, que começou a operar em agosto. A entrada das grandes empresas tornou mais racional a exploração do minério. Seu transporte agora é feito por caminhões, através da "estrada da cassiterita", substituindo o caríssimo sistema de remessas em pequenos aviões, utilizado até 1970. Mas a produção da cassiterita — embora corresponda a 70% do total nacional — ainda é muito pequena: 4 mil toneladas por ano, quase nada perto da Malásia (72 mil toneladas), ou até da Bolívia (30 mil toneladas).

A exploração da cassiterita no território envolve muitos problemas, explica o geólogo José Ferreira, chefe do escritório do Departamento Na-



cional da Produção Mineral em Rondônia: "Se quebra uma peça de qualquer máquina da lava, é preciso importar outra dos Estados Unidos. Com as chuvas, as estradas tornam-se inúteis e os caminhões esperam até quatro meses. Formam-se filas de até trezentos caminhões carregados".

Mas a cassiterita deixou de ser a grande novidade em Rondônia: descobriu-se ouro em Guajará-Mirim, próximo à fronteira com a Bolívia. As jazidas ficam dentro da antiga colônia agrícola de Iata, fundada pelo Governo do território; agora, os colonos terão que ceder alguns de seus lotes aos novos exploradores. As pesquisas deixaram entusiasmados os geólogos alemães que estudam a ocorrência: com as sondagens a 50 metros de profundidade, ainda não se chegou ao fim da rocha.

As amostras examinadas na Alemanha indicaram 8 gramas de ouro, 50 gramas de prata e 5 gramas de paládio por tonelada. O custo operacional da extração será de 18 dólares por tonelada. Como 1 grama de

ouro custa, no mercado internacional, 4 dólares, cada tonelada de rocha renderá 32 dólares, ou seja, um lucro líquido de 14 dólares por tonelada.

A exploração das minas de ouro foi concedida ao grupo alemão Travis, que se associou ao Grupo Isaac Sabbá, de Manaus. Os geólogos alemães, já instalados em Guajará-Mirim, logo apresentarão seu relatório final de pesquisa. Depois, começará a montagem da lava. A exploração deverá ser iniciada em dois anos.

Estabelecida a exploração mecanizada do minério pelas grandes empresas, a questão dramática do desenvolvimento local tornou-se a ocupação da terra. Desde 1967, com a consolidação da BR-364 (Cuiabá—Porto Velho), uma enxurrada de gente — 30 mil famílias, calcula-se — desceu pela nova rodovia e formou um colar de pequenas cidades, que trotaram do dia para a noite, sem qualquer controle.

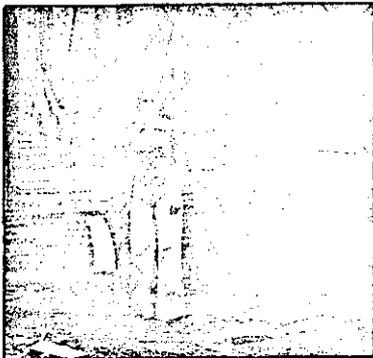
Presidente Médici, por exemplo, uns 400 quilômetros de Porto Velho nasceu há um ano e meio: sua po-



por exemplo, dono do bar e restaurante Capixaba, pagou dois dias de trabalho de um carpinteiro. Outro doou todos os pregos que foram usados na construção.

Waldemar Fernandes da Silva, paulista de Adamantina, ex-caixeiro viajante, foi escolhido presidente da comissão da escola por ser o dono da única máquina de escrever na vila. Por isso também, foi nomeado tabelião e redator de quantos recibos, contratos, provas e documentos fossem necessários no lugarejo.

O próprio nome da vila foi livremente escolhido: os moradores reuniram-se no bar Capixaba, por sugestão de Toninho, o velho, e decidiram



A esquerda, Nilo Melhorança e um surul; abaixo, colonos vindos do Paraná. Nesta página, Alfredo da Silva e o que lhe restou e Manoel Ferreira e seu escudo. Acima, a professora Marilu e sua escola.

batizar aquele rosário de casas de tabua que, de repente, virara cidade. "Surgiram várias sugestões", lembra Toninho. "Eu sugeri Getúlio Vargas, outros preferiam Nossa Senhora Aparecida. Mas ganhou mesmo Presidente Medici."

Toda a organização social de Presidente Medici fez-se por si. A única intervenção do Governo foi a do INCRA, que concedeu as licenças de ocupação e demarcou os lotes de 100 hectares à beira da estrada. A primeira presença ostensiva do Estado tem apenas quatro meses: o governador do território criou ali um posto policial, com um sargento e dois soldados.

Cacoal, outra vila que brotou com a migração, era habitada por colonos vindos de Cacilândia, Mato Grosso, em 1972. Agora, a cidade tem 5.800 casas, segundo levantamento da Sucam — Superintendência de Combate à Malária e quase 13 mil habitantes. A vila tem colhido alguns benefícios de barganhas políticas: um migrante de Ponta Po-

rã, Jesuíno Rodrigues D'Ávila, conseguiu uma vaga na delegação de Rondônia à convenção nacional da Arena, em setembro de 1973, como representante de Cacoal. "Em Brasília", orgulha-se Jesuíno, "ganhei um cartório de registro civil para Cacoal. Consegui nomear minha mulher para escritã de paz."

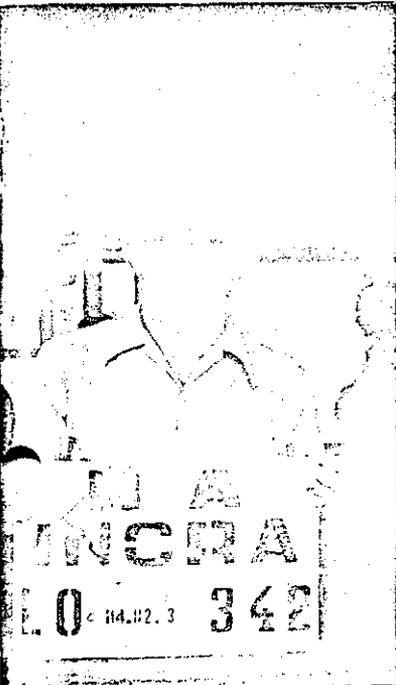
Depois, aproveitando a fartura da nova safra eleitoral, Jesuíno obteve uma escola, 350 pares de sapatos e 220 uniformes, graças aos bons ofícios da diretora da Divisão de Ensino do Território, parente de um candidato a vereador que, por sua vez, cuida das relações públicas do governador de Rondônia. Em termos de renda familiar, Jesuíno é um privilegiado no território: somando registros de casamentos, óbitos e nascimentos — numerosíssimos numa frente de ocupação —, o cartório rende a respeitável quantia de 3 mil cruzeiros mensais.

Ao lado das cidades que nascem, as mais velhas começam a rebrantar, sob a pressão cada vez mais forte da migração espontânea. Vila de Rondônia, por exemplo, a 300 quilômetros de Porto Velho, tem 30 mil habitantes, a maioria dos quais chegou nos dois últimos anos. Um verdadeiro acampamento sob uma floresta de telhados de zinco, a cidade revela a pressa das construções e se espalha ao sabor das conveniências dos recém-chegados. Apesar de se ter formado a partir de uma clareira na floresta, à beira do rio Jy-Paraná, não tem sequer uma única árvore na área urbana.

O sol tórrido das secas e as chuvas torrenciais do chamado "inverno" amazônico fazem da cidade ou uma nuvem de poeira ou uma pista de patinação na lama, onde deslizam caminhões pesados, automóveis e gente. O movimento é tão grande que há dois horários diários de ônibus para Porto Velho e Cuiabá, um voo diário de táxi aéreo permanentemente lotado (muitas vezes são necessários dois) e três escalas semanais do Bandeirantes da VASP.

"Traumatismos cranianos"

Na movimentadíssima churrascaria Sol Nascente, ao lado da rodovia — que serve sempre o mesmo cardápio composto de um bloco monolítico de carne assada, batatas, arroz e feijão, preparado numa cozinha instalada entre várias caixas de cerveja, montes de lenha e gaiolas de passarinho —, pode-se encontrar os homens que passam em automóveis poeirentos, com placas de todos os lugares do Brasil. São gordos e altos senhores de olhos claros falando inglês, um cidadão de sotaque gaúcho que se diz neurocirurgião, com estu-



pulação atual é estimada em 6 mil pessoas. Em maio, Marilu Silva Crema, professora primária paranaense, entediada com a falta do que fazer na ferraria de seu marido, perto da vila, resolveu mobilizar a comunidade para a construção de uma escola, da qual ela seria a diretora. Fez um recenseamento das crianças em idade escolar: contou quase quinhentas. Depois, conseguiu que seu marido desse a madeira e que cada morador desse o que tinha. Alcides Siqueira,

dos em Berlim, interessado em montar um hospital ("O movimento da rodovia poderá provocar muitos traumatismos cranianos", justifica), choveres de caminhão e mal-encaradas figuras de chapéu e revólver na cintura, quase encobertas por montanhas de arroz com feijão.

Variam os tipos, mas os objetivos coincidem: todos correm atrás das terras. Como os migrantes e os grupos econômicos interessados na agropecuária chegaram antes do INCRA, a questão tomou rumos delicados. "Nosso principal problema é a titulação das terras", disse a Visão o governador Marques Henriquez, coronel reformado do Exército que cumpre seu segundo mandato.

Em Rondônia, onde a lepra é endêmica, onde a estrutura econômica do seringal desmoronou e cujo orçamento em 1974 não passará de 97 milhões de cruzeiros, com apenas 6% de recursos próprios, esse "principal problema" tem conotações muito especiais.

Basicamente, a questão pode ser resumida nas disputas entre os agricultores sem terra e os empresários do Sul, pela posse das terras sem dono. O Território de Rondônia possui 24,3 milhões de hectares. Destes, a maioria absoluta — segundo dados do INCRA — é constituída de terras públicas federais devolutas. Os governos do Amazonas e de Mato Grosso — que legislavam sobre a área antes da criação do território, em 1943 — concederam apenas 152 títulos definitivos que, somados, não cobrem 10% da área total do território.

Pretendentes demais

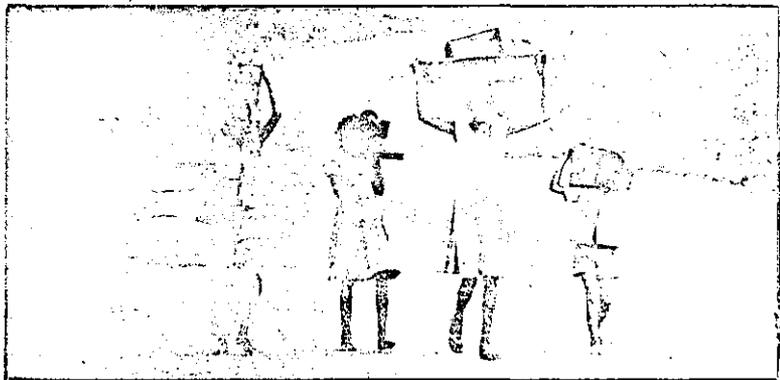
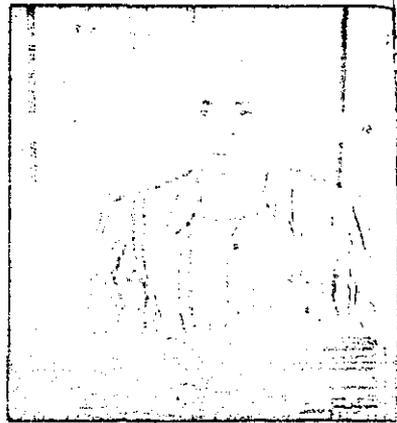
"Entretanto", diz o advogado Amir Francisco Lando, presidente da Comissão de Discriminação de Terras Acre-Rondônia, "não existe um só palmo de terra no território sem pelo menos um pretendente. Um dos maiores é o Grupo Arantes, com interesses em três áreas, que, segundo o INCRA, totalizam cerca de 2 milhões de hectares. O segundo, em extensão de área pretendida, é a Itaporanga, dos Melhoraça, com 1 milhão de hectares."

A penetração nos seringais fazia-se através dos rios. Os seringueiros retiravam o látex, preparavam as bolas de borracha e as entregavam ao "aviador" — o intermediário, que "aviava" ao seringueiro as mercadorias de que necessitava, obtidas na cidade, em troca da borracha passada ao seringalista. Isso definiu a estrutura fundiária do território, onde seringueiros e seringalistas detêm de fato 400 mil hectares de terras não tituladas.

Com a abertura da rodovia, aquela estrutura desmoronou: a estrada

liberou o seringueiro do "aviador" e permitiu que fosse até a margem da rodovia vender o seu produto ou plantar roça. Os seringalistas, endividados por sucessivos empréstimos bancários para compra da borracha, acabaram arruinados. Nesse ponto, entraram em cena os capitalistas do Sul, interessados em terras. Estes começaram a comprar posses de seringueiros e seringalistas, registrando-as em cartório de imóveis. "Esses registros", explica o advogado do INCRA, Amir Lando, "podem ser anulados. Mas, desde que aceitos pelo cartório, passam a gerar direitos."

Para o INCRA, deveria haver mais rigor no exame dos documentos de posse: "Muitos interessados em ter-



ras comprem pequenas posses e, depois, mediante invasões, ocupam áreas imensas, que fazem registrar em cartório", explica o advogado Lando. Um exemplo: a Gainsa — Guaporé Agro-Industrial S.A. comprou 275 mil hectares junto ao rio Madeira, na rodovia que liga Porto Velho a Guajará-Mirim — a Gleba Boa Esperança —, e já está ocupando 600 mil.

"O que nos levou a Rondônia foi o apelo do Governo", justifica-se o superintendente da Gainsa, Walter Arantes. Para esclarecer definitivamente a questão, a empresa encomendou ao professor José Frederico Marques um parecer sobre seus direitos na gleba.

"Inicialmente", escreveu o jurista, "há que se fazer menção à circunstância de se achar transcrita a propriedade no Registro Imobiliário, o que é de capital importância e relevante, em face ao disposto no artigo 859 do Código Civil: 'Presume-se pertencer o direito real à pessoa em cujo nome se inscreveu ou transcreveu.'" E concluiu: "Dúvida não pode existir de que a Guaporé Agro-Industrial S.A. tem propriedade plena sobre as terras da Gleba Boa Esperança".

Quanto à suspeita de que a Gainsa tenha ampliado de que a Gleba Boa Esperança, para Frederico Marques "cumpre examinar, primeiramente, se a gleba se situa

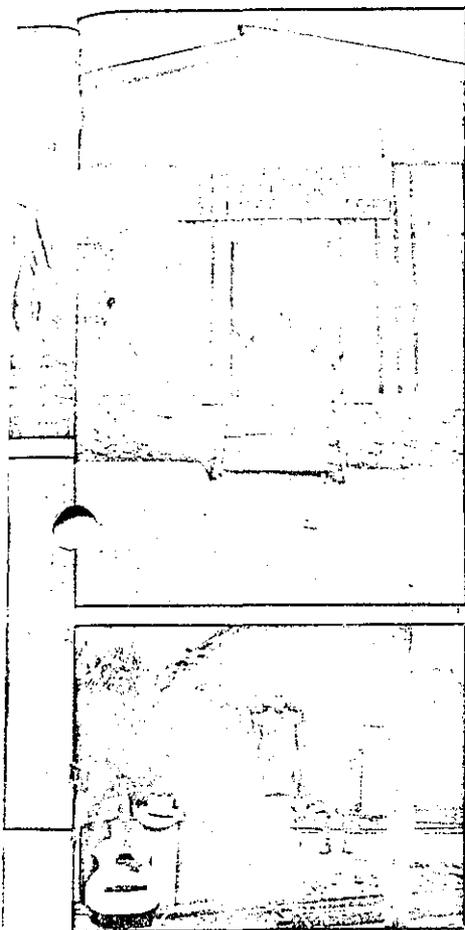
Waldemar Fernandes e sua máquina de escrever. Migrantes chegando a Rondônia. À direita, a escola do Espigão e a saída da família Velasquez.

dentro dos limites traçados. Desde que isto se verifique, o problema da área é irrelevante e passa a segundo plano". Isto é, se os limites geográficos indicados nos títulos estiverem corretos, pertencerá ao seu titular toda a área que estiver ali contida.

O milagre da multiplicação das terras tem criado situações paradoxais em Rondônia: a soma de todas as pretensões alegadamente legítimas é muito maior do que a área efetivamente disponível. No ano passado, quando surgiu o Projeto Integrado de Colonização de Vilhena, ao Sul do território, as 4.400 famílias que esperavam lotes não tiveram para onde ir, porque não havia terras disponíveis. Em maio de 1973, uma comissão do INCRA preparou relatório sobre a situação em Vilhena. Referindo-se ao papel de um certo Antônio Cesário Aschar, o "Canguru", concluiu:

"O rastro nefasto do sr. Aschar já se estende, ao menos em termos abstratos, sobre um imenso e ciclópeo espaço territorial de 500 mil hectares de terras públicas federais. Recentemente, transferiu cerca de 300 mil

hectares
tes Júr
Irmãos
grupo
topogr
cumen
ções é
balhad
florest
solitud
dor d
o met
gens e
crueld
quênc
O
cial d
penho
plant
em te
uma t
pitão
execu
CRA d
acusat
todas
A
pante
1973
"H
M
V



hectares para o grupo de João Arantes Júnior, Antonio José Junqueira e Irmãos Nomura. Constatou-se que o grupo já está iniciando os serviços topográficos de demarcação". O documento menciona também as relações de trabalho vigentes: "Os trabalhadores são jogados em meio à floresta e o isolamento gera uma absoluta dependência ao 'gato' (agenciador de mão-de-obra), que não tem o menor pudor em extrair as vantagens circunstanciais. Daí, os abusos, crueldades e exploração são conseqüências inevitáveis".

C confronto entre a política oficial de colonização do INCRA e o empenejo dos grupos interessados na implantação de empresas agropecuárias em terras baratas tomou a forma de uma campanha pessoal contra o capitão Sílvio Gonçalves de Farias, executor do projeto fundiário do INCRA em Rondônia, que passou a ser acusado de principal responsável por todos os males da região.

A campanha desceu a níveis espartanos. No dia 7 de setembro de 1973, o jornal *O Combate*, de Porto Velho, surpreendeu os seus leitores com um torpedo dirigido ao capitão

Sílvio. Sob o título "O corrupto e desmoralizado social capitão Sílvio entrava o desenvolvimento do Território de Rondônia", o jornal publicava o que se convencionava chamar de "impúblicável": entre erros grosseiros de concordância, o redator fazia "revelações" sobre o comportamento íntimo do representante do INCRA — sem oferecer provas. O responsável pelo jornal, o próprio autor do artigo, foi preso no Comando de Fronteiras Acre—Rondônia e está sendo processado. O capitão Sílvio permaneceu no cargo.

No dia 23 de abril último *O Combate* tratou de explicar os motivos da campanha desfechada contra o representante do INCRA. O diretor teria sido procurado pelo advogado Rubens Moreira Mendes Filho, acompanhado de um empresário paulista, que pretendia comprar terras no território. Queriam que *O Combate* desencana-se "uma violenta campanha contra o capitão Sílvio, atingindo mesmo sua vida privada". O jornalista teria respondido que já vinha publicando ataques contra o INCRA, transcrevendo os discursos do deputado Jerônimo Santana (do MDB, representante de Rondônia na Câmara) "sem receber qualquer compensação monetária". E confidenciou estar "com um problema em sua máquina impressora".

Denúncia remunerada

O "problema na impressora" foi a senha. O empresário paulista, que hoje se sabe chamar-se Mauro Arantes, segundo *O Combate*, teria assumido o compromisso de resolver o problema da impressora. No dia seguinte, o jornal soube que o grupo pagaria 10 mil cruzeiros imediatamente e 1.000 cruzeiros por mês, "até que o capitão Sílvio fosse afastado de suas funções, quando, então, gratificaríamos o jornal com mais alguma importância". Com a impressora em ordem, *O Combate* rodou a denúncia.

Mas nem tudo são más notícias em Rondônia. No dia 21 de abril, os outros jornais de Porto Velho anunciaram a chegada dos diretores da The Diamond-A Cattle Company, acompanhados pelo general reformado Plínio Pitaluga, vice-presidente da Gainsa, do Grupo Arantes. Os visitantes anunciavam o interesse daquela empresa em aplicar 30 milhões de dólares no território. E Porto Velho passou a balbuciar os nomes dos "Misters Ben Burkhauser e Sid Good Loe, de Roswell, Novo México". *O Guaporé* informava que The Diamond-A Cattle Company é considerada "a maior empresa de pecuária de corte em todo o mundo, dela fazendo parte integrante, entre outros, o Grupo Rockefeller".

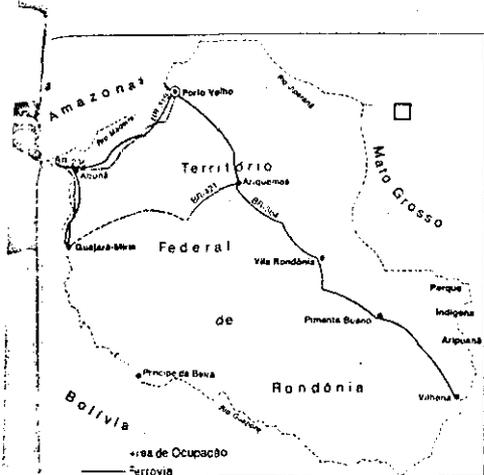
A beira da piscina do confortável Selton Hotel de Porto Velho — onde animados grupos sorvem toda noite generosas doses de Chivas Regal, a 350 cruzeiros a garrafa, enquanto beliscam delicados tira-gostos de tucunaré —, o repórter de *O Alto Madeira* colheu do general Pitaluga, que jantava com os representantes da Diamond-A, a informação de que a empresa pensava comprar terras em Rondônia. "Na agenda da Diamond-A", contou, "também está a possibilidade de associação com o Grupo Gainsa."

"Imediato retalhamento"

Em julho, o general Pitaluga e o Dr. Mauro Arantes Ferreira, diretor da Gainsa, entregaram uma carta ao INCRA, informando que pretendiam, "no menor prazo possível, promover o imediato retalhamento de parte da Gleba Boa Esperança, através de desmembramentos que permitirão a instalação, nas áreas que vierem a ser destacadas, de pequenas, médias e grandes empresas rurais". Esclareceram: "Faz parte dos projetos atuais da Gainsa a sua associação com grupos nacionais e estrangeiros, na exploração de grandes projetos agropecuários e agro-industriais, para o que se destina, inicialmente, uma área de aproximadamente 100 mil hectares de terras". O objetivo da iniciativa, segundo a empresa, seria "implantar na região a mais moderna técnica alienígena em assuntos agropecuários e agro-industriais". O estímulo teria vindo do Governo Federal, "através de S. Exa., o sr. ministro da Agricultura, proclamando, toda vez que se oferece a oportunidade, a necessidade de importação de técnica, conhecimentos e capital estrangeiros para auxílio na conquista da Amazônia".

A Gleba Boa Esperança acompanha o rio Madeira e a antiga Estrada de Ferro Madeira—Mamoré, hoje substituída por uma rodovia. Ao longo da estrada, dezenas de placas anunciavam que as terras pertencem à Gainsa. Ao lado, junto a casebres paupérrimos, coexistem as placas do INCRA, com uma diagonal verde-amarela, indicando que o ocupante do lote está garantido pelo Governo. Mas a Gainsa já iniciou derrubadas e demarcações de lotes dentro dessa gleba, que entende ser sua. O enviado especial de Visão percorreu a Rodovia Porto Velho—Guajará-Mirim e descobriu o medo, a insegurança e a tensão.

Alfredo Pereira da Silva, que vivia há 22 anos ao lado dos trilhos da Madeira—Mamoré, apesar da licença de ocupação concedida pelo INCRA, disse que foi intimado por homens da Gainsa a abandonar seu lote: "Vieram vários homens num jipe e me mandaram sair na hora. Mostra-



“am um papel, dizendo que o INCRA não mandava nada. E tocaram fogo no meu barraco”. Alfredo não saiu. Achou que devia apelar para o Governo e resolveu ir a Porto Velho.

No quilômetro 156 da rodovia, a família de Francisco Velasquez foi surpreendida pelo repórter no momento em que retirava seus móveis — um violão, algumas malas velhas, fogão e uma geladeira, que mais parecia uma obra de arte na sala de visitas de chão batido. “Disseram que iam queimar tudo e pôr na cadeia quem tivesse papel do INCRA”, conta Velasquez.

O escudo do INCRA

Mutum-Paraná, vilarejo que nasceu também com a velha ferrovia, sofre com a disputa das terras. Manoel Ferreira da Silva, em Mutum desde 1942, quando chegou do Ceará como “soldado da borracha”, tem um título de 300 hectares concedido em 1953 pela Divisão de Produção, Terras e Colonização do território. O título foi confirmado pelo INCRA, que expediu uma licença de ocupação. Mas o valor desses títulos, segundo Manoel, tem sido contestado por funcionários da Gainsa. Manoel esconde-se atrás da placa do INCRA, como se fosse um escudo, para contar sua história:

“Queriam que eu aceitasse um título de propriedade dado pela Gainsa. Mas, afinal, quem manda aqui?”. Preocupado, Manoel foi a Porto Velho. No escritório do INCRA ouviu a recomendação de que comunicasse a ameaça à Polícia Federal e ao Comando de Fronteiras.

Walter Arantes dirigiu, em julho, um requerimento ao juiz federal de Rondônia denunciando uma reunião promovida pelo capitão Sílvio em Cacoal, quando este teria dito que “ninguém era dono daquelas terras, que iriam ser ocupadas por colonos do INCRA”. No despacho, o juiz federal

Antônio Alberto Pacca observou que “não é a primeira vez que o referido cidadão capitão Sílvio promove tumultos ou, ao menos, dá margem a que surjam tumultos na zona rural de Porto Velho e, depois, quando instado a esclarecer, nega terminantemente o alegado”.

Em resposta, o capitão Sílvio definiu a linha que seguia como delegado do INCRA em Rondônia. “Por certo”, disse, “a defesa da grilagem não terá livre trânsito dentro dos caminhos retos, meridianos e regulares por onde se move a Justiça. A União, através do INCRA, tem programa legal traçado e a Lei será cumprida à risca. Não se transige nem se facilita nada.”

Para o advogado Amir Lando, do INCRA, a questão continua a ser o registro imobiliário: “Tive oportunidade de certificar-me da ocorrência de uma série de irregularidades praticadas pelo cartório de Porto Velho, cujo titular é Durval Gadelha. Em flagrante desrespeito à Lei de Registros Públicos, Durval Gadelha transcreve tudo o que lhe chega às mãos”, informou recentemente ao INCRA.

Terras “bolivianas”

O juiz federal Antônio Alberto Pacca, autoridade que deve fiscalizar os registros, afirma que os processos e atas são rigorosamente acompanhados e que, para cada registro, se faz um acompanhamento até suas origens. Mas, quanto à variação do tamanho das áreas, admite ser muito difícil apurar se os títulos originais faziam referência a isso. “Era comum, no passado”, explica o juiz, “comprar tantos metros de frente. E os igarapés costumam mudar de posição. Os registros efetuam-se sempre em vista da documentação apresentada, da qual é feito um extrato com indicações de limites e confrontações. Apesar disso, nunca houve problema de domínio em Rondônia mas, sim, de posse.”

A questão do registro foi subitamente agitada com a recente transcrição de um título, emitido na Bolívia, que dava a uma só pessoa uma área superior a 700 mil hectares em território brasileiro, sob o pretexto — historicamente impossível — de que as terras pertenceram no passado à Bolívia. O caso passaria como um engano do escrivão Hélio Lagrecca, se não tivesse surgido em cena um surpreendente Nego Denis — descendente de trabalhadores de Barbados que participaram da construção da Madeira—Mamoré. Ele confessou ter entregue a Lagrecca a quantidade de 100 mil cruzeiros em nome do beneficiado pelo registro. Nego Denis possui até um recibo passado pelo escrivão. “Ainda não constata-

mos a corrupção porque ainda não foi aberto o processo”, limita-se a dizer o juiz federal. De qualquer forma, o registro do título boliviano foi anulado e o próprio juiz concordou que 100 mil cruzeiros é soma muito alta para pagar uma simples escritura.

“Num mundo sem terras, a Amazônia é um minifúndio”, comenta o advogado Fuad Zacharias, presidente da seção de Rondônia da Ordem dos Advogados do Brasil, para explicar a razão da grande corrida aos últimos pedaços de terra disponíveis. Segundo Zacharias, o capitão Sílvio Gonçalves de Farias é um fator de moderação e de garantia de respeito às leis agrárias no território. “O capitão Sílvio tem estatura garantida em Rondônia”, prevê o advogado.

O representante do INCRA tem a figura e a personalidade de um líder carismático. Grande, forte, mulato, passou a maior parte de sua vida militar na Amazônia como sargento, em missões de demarcação de fronteiras e construção de aeroportos. Exerce verdadeiro fascínio sobre as levas de colonos despejadas no território. “O capitão Sílvio é o sossego da pobreza”, define um meditativo colono do Projeto Ouro Preto, o primeiro instalado pelo INCRA em Rondônia. Segundo o presidente da seção local da OAB, é o último líder que resta em Rondônia. “Antes dele houve o coronel Carlos Weber, primeiro comandante do 5.º Batalhão de Engenharia, que iniciou a construção da Rodovia Porto Velho—Guajará-Mirim, e o coronel José de Oliveira, ex-interventor na Estrada de Ferro Madeira—Mamoré.” O coronel Weber afastou-se do território ao ser reformado e o coronel Oliveira saiu por ter sido preterido na disputa da vaga de deputado federal pelo território.

Também a Igreja tem assumido posições moderadoras nessa região nervosa. Recentemente, a Prelazia do Acre e Purus recomendou aos colonos que, em caso de conflito, mantivessem a calma e recorressem ao INCRA, ao juiz federal, à Polícia Federal ou ao Exército. “Com o passar dos dias”, diz o documento assinado em junho por Dom Moacyr Grecchi, bispo do Acre e Purus, “multiplicam-se os casos de posseiros, colonos e seringueiros que, da maneira mais arbitrária e violenta, vêm sendo expulsos de suas terras, sem o menor respeito à dignidade da pessoa e mesmo às leis vigentes.”

Roraima em transição

Com a abertura da Estrada Manaus—Caracará, construída pelo 6.º Batalhão de Engenharia de Construções, em setembro do próximo ano Roraima estará ligada definitivamente ao Brasil por via rodoviária. Atual-

Visão, 7 de outubro de 1974